

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS

FÁBIO ARESI

**POR UMA PROBLEMATIZAÇÃO DA DISTINÇÃO NORMAL/PATOLÓGICO NA
LINGUAGEM: UMA ABORDAGEM ENUNCIATIVA**

ORIENTADOR: PROF. DR. VALDIR DO NASCIMENTO FLORES

PORTO ALEGRE

2009

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS

FÁBIO ARESI

**POR UMA PROBLEMATIZAÇÃO DA DISTINÇÃO NORMAL/PATOLÓGICO NA
LINGUAGEM: UMA ABORDAGEM ENUNCIATIVA**

Monografia apresentada à Universidade Federal do Rio
Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção
do título de Licenciado em Letras

Orientador: Prof. Dr. Valdir do Nascimento Flores

PORTO ALEGRE

2009

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, *Imara*, por estar sempre ao meu lado, motivando-me e vibrando a cada pequena conquista minha;

Ao meu pai, *Júlio*, por não deixar que nada me faltasse nessa longa trajetória de graduação;

À minha avó, *Eliza*, pelo amor, carinho e preocupação de mãe;

Ao *Valdir*, por sua dedicação e zelo, não apenas como orientador desta monografia, mas também como professor, colega de pesquisa e amigo;

Aos meus demais colegas de pesquisa, *Luiza, Jefferson, Fabiana, Elisabete, João, Paula e Tanara*, pelo incentivo e aprendizado;

Ao *Rodrigo*, ao *Fabrizio*, ao *Fernando* e aos demais amigos, pela torcida e pela grande e sincera amizade;

À *Martina*, pelo amor incondicional e por me apoiar em todos os momentos.

RESUMO

O presente trabalho se desenvolve no intuito de problematizar, através de uma perspectiva enunciativa, a polaridade *linguagem normal/linguagem patológica* nos estudos sobre distúrbios de linguagem, através da constatação de que os mecanismos linguísticos pertencentes à fala dita “comum” – e que são repertoriados em vários estudos ligados à língua falada – são usados na fala em situação de clínica dos distúrbios de linguagem.

O trabalho está organizado em 4 capítulos: no primeiro capítulo, realiza-se a problematização da dicotomia *normal/patológico* por meio da explicitação de diferentes perspectivas teóricas sobre o assunto; no segundo capítulo, faz-se a revisão e descrição de dois mecanismos linguísticos constitutivos da fala cotidiana, o *par pergunta-resposta* e a *repetição*; no terceiro capítulo, realiza-se uma breve discussão de ordem teórico-metodológica sobre a especificidade de alguns aspectos relativos à perspectiva enunciativa de análise da linguagem; no quarto capítulo, parte-se para a identificação e descrição dos mecanismos linguísticos apresentados em dados oriundos de clínica dos distúrbios de linguagem.

Concluindo, as investigações realizadas neste trabalho permitem constatar que a diferenciação entre *linguagem normal* e *linguagem patológica* não se mostra de forma tão evidente e não pode ser vista em termos unicamente formais. As conclusões apontam, pois, para o *funcionamento da linguagem* como o diferencial entre a fala em situação cotidiana e em situação de clínica dos distúrbios de linguagem.

ABSTRACT

This study is developed with the purpose of problematizing, from a perspective of the theory of *énonciation*, the polarity *normal language/pathological language* in the studies about language disturbs through the observation that many of the linguistic mechanisms belonging to the so-called “common speech” – and which are listed in many studies related to spoken language – are also used in situation of clinic of language disturbs.

The paper is organized in 4 chapters: in the first chapter, the problematization of the *normal/pathological* dichotomy is proposed by presenting different theoretical approaches about the issue; in the second chapter, two linguistic mechanisms, the *pair question-response* and the *repetition*, both constitutive of the “common speech”, are reviewed and described; in the third chapter, it is made a brief theoretical-methodological discussion concerning to the specificity of some aspects of the enunciative perspective of language analysis. In the fourth chapter, it is made the identification and description of the presented linguistic mechanisms in dialogs taken from clinic of language disturbs.

Finally, the investigations made in this paper allow the conclusion that the difference between *normal language* and *pathological language* is not so clearly evident and cannot be seen only in formal terms. The conclusions point out, thus, to the *operation of language* as the main differential between speech in common situation and in situation of clinic of language disturbs.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
1. O NORMAL E O PATOLÓGICO – CONSIDERAÇÕES GERAIS.....	12
1.1. Canguilhem e a polaridade <i>normal/patológico</i> na área médica.....	13
1.2. A polaridade <i>normal/patológico</i> no campo da linguagem.....	15
1.3. A teoria da enunciação e os distúrbios de linguagem.....	18
2. OS MECANISMOS LINGUÍSTICOS DA FALA COTIDIANA.....	24
2.1. O par pergunta-resposta.....	24
2.2. A repetição.....	26
3. QUESTÕES METODOLÓGICAS.....	29
3.1. Da coleta dos dados.....	29
3.2. Da apresentação dos dados.....	30
3.3. Da análise.....	32
4. O FUNCIONAMENTO DOS MECANISMOS LINGUÍSTICOS NOS DISTÚRBIOS DE LINGUAGEM.....	34
4.1. Análise do par pergunta-resposta.....	34
4.2. Análise da repetição.....	36
4.3. Conclusões parciais.....	39
CONCLUSÃO.....	42
BIBLIOGRAFIA.....	44
ANEXO.....	46

INTRODUÇÃO

Falar sobre a polaridade *normal/patológico* não é, inicialmente, falar sobre um assunto novo. Pelo contrário, a reflexão acerca do que pode ser considerado “normal” e “anormal” em relação ao ser humano é antiga nos estudos e práticas clínicas e ainda mais longínqua em sua origem questionadora, a filosofia. Não obstante, tal reflexão parece se perpetuar nos dias atuais, o que certamente indicia ainda uma falta de clareza sobre essa distinção.

Ao se restringir o interrogante à questão da linguagem, logo se percebe que essa também não constitui uma exceção à regra, a despeito dos inúmeros estudos realizados – de cunho linguístico ou não – no intuito de descrever e definir de forma precisa o quê se constituiria especificamente como *patologia* da/na linguagem.

É no processo inverso que o presente trabalho tomará seu curso. É objetivo deste, portanto, justamente relativizar¹ as noções de *normal* e *patológico* no que tange à linguagem através de uma perspectiva teórica que contemple a referência à instância da enunciação e, conseqüentemente, à singularidade da fala em uso. No entanto, essa abordagem problematizante da polaridade *linguagem normal/linguagem patológica* também não é inédita², embora encontre ainda grande demanda por parte tanto da clínica dos distúrbios de linguagem quanto da própria Linguística.

De fato, muitos estudos já têm apontado para a necessidade de se expor a falta de transparência existente nos limites que demarcam a fronteira entre a linguagem normal e a linguagem patológica³. Entretanto, percebe-se que tais estudos permanecem ainda com poucas evidências descritivas quanto à problematização sugerida. Portanto, é na tentativa de suprir,

¹ Pode-se cometer aqui o equívoco de tomar “relativização” da dicotomia *normal/patológico* como total recusa de uma distinção entre os dois estados. É evidente que há diferença entre o normal e o patológico. O que se relativiza aqui é a distinção *a priori* entre normal e patológico quando o interrogante é a linguagem, sem a consideração ao falante e à fala em uso. Mais detalhes serão apresentados no **capítulo 1** deste trabalho.

² O grupo de pesquisa *Enunciação e Distúrbios de Linguagem: sobre os níveis de análise da fala sintomática*, ao qual este trabalho está filiado, é um dos que há alguns anos problematizam a dicotomia *normal/patológico* na linguagem. Esse grupo, que conta com a participação de linguistas, fonoaudiólogos e psicanalistas, é coordenado pelo Prof. Dr. Valdir do Nascimento Flores e está sediado no Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

³ Estudos relativos à dicotomia *normal/patológico* serão apresentados de forma mais detalhada no próximo capítulo.

ao menos em parte, essa necessidade que este trabalho se insere. Para tanto, é realizado um levantamento de fenômenos correntes e característicos da língua falada, os quais são posteriormente averiguados quanto a sua ocorrência ou não em dados⁴ oriundos de clínica dos distúrbios de linguagem. Espera-se, com isso, mostrar que mecanismos linguísticos da fala cotidiana apresentam seu correlato no diálogo entre terapeuta e paciente com distúrbio de fala, o que viria a corroborar com a hipótese de que *o que diferenciaria tais mecanismos no contexto da clínica dos distúrbios de linguagem seria unicamente o funcionamento singular que eles ali adquirem.*

Cabe aqui especificar brevemente a noção de *funcionamento singular* anteriormente mencionada: sob uma perspectiva teórica que contemple a linguagem em uso, ou seja, instanciada em um “eu-tu-aqui-agora”, a fala terá sempre um estatuto de singularidade. Isto porque a cada vez que a língua é colocada em funcionamento por um ato individual de utilização (cf. Benveniste, 1970/1989), ela se configurará sempre como um acontecimento a cada vez *único e irrepetível*. Tal é a condição da enunciação⁵. Todavia, a noção de *funcionamento singular* da qual se faz uso neste estudo diz respeito exclusivamente ao distúrbio de linguagem, devido ao caráter constitutivo que tem da estrutura da fala. É o que reitera Flores (2003) quando propõe “uma visão estrutural e estruturante de língua, na qual o sujeito que fala se inscreve na língua e nela dá lugar ao sintoma” (p. 15). Dessa forma, é de se esperar que os mecanismos linguísticos empregados em um diálogo nesse contexto também sejam estruturados sob a mesma condição.

Justificativa

Pode-se dizer que uma das primeiras tentativas de se abordar os distúrbios de linguagem sob o viés da Linguística se deve ao linguista Roman Jakobson e seus estudos sobre as afasias, que datam desde a década de 1940 (cf. Kuhn, 2006). Seguindo a premissa de que “a linguística interessa-se pela linguagem em todos os seus aspectos” (Jakobson, 1974, p.

⁴ Como se verá no **capítulo 3** deste trabalho, a noção de *dado* apresenta especificidades se tomada sob uma perspectiva enunciativa da linguagem. No entanto, e de maneira a evitar equívocos, o termo será mantido no decorrer do estudo, até que se tenha a merecida reflexão sobre o tema, no capítulo já citado.

⁵ Mais detalhes sobre a perspectiva da Enunciação serão apresentados no **tópico 1.3** deste trabalho.

34), o linguista buscou incorporar a linguagem em seu estado não-ideal ao campo epistemológico da linguística, e afirmou:

A aplicação de critérios puramente lingüísticos à interpretação e classificação dos fatos da afasia pode contribuir, de modo substancial, para a ciência da linguagem e das perturbações da linguagem (p. 36).

Essa tentativa de diálogo entre a Linguística e os distúrbios de linguagem vem, desde então, sendo reivindicada em muitos estudos oriundos em sua maioria do campo da clínica dos distúrbios de linguagem. Como afirma Arantes (1994): “Não se pode desprezar (...) o diálogo com a Linguística, já que ela é, por excelência, a ciência da linguagem. Linguística e Fonoaudiologia compartilham o mesmo objeto” (p. 29). No entanto, é da mesma autora a severa crítica ao empréstimo que se tem feito pela clínica dos distúrbios de linguagem de modelos lingüísticos sem a merecida reflexão teórica. Segundo ela, “o que deve ser recusado são apropriações e usos parciais e irrefletidos” (p. 28). Exemplo disso é o simples fato de que “a lingüística não toma para si a tarefa de estudar a ‘linguagem patológica’, isto é, a polaridade normal/patológico não faz parte do programa científico da lingüística” (Lier-De Vitto, 2001, p. 247). Isso equivale a dizer que a clínica dos distúrbios de linguagem recorre a recursos metodológicos advindos de um campo do saber que simplesmente não contempla o distúrbio de linguagem em seu escopo teórico. Nota-se, dessa forma, o caráter controverso da relação entre a Linguística e a clínica dos distúrbios de linguagem.

Da mesma forma, o que se observa é igual assimilação acrítica de modelos ou técnicas advindas do campo médico na prática fonoaudiológica. É o que defende Vorcaro (1999), quando diz que a clínica dos distúrbios de linguagem não se conforma “aos quadros classificatórios e etiológicos das patologias, ou aos padrões da normalidade previamente repertoriados na literatura e na experiência do clínico” (p. 122). Isso porque a perspectiva médica de classificação das patologias coloca em relevo apenas o que “não vai bem” na linguagem, deixando de lado tanto a linguagem si quanto o falante que dela faz uso e nela se constitui como sujeito. Como consequência, torna-se possível descrever a fala desviante na sua generalidade e inventoriá-la em quadros “patológicos” invariáveis.

Parece, portanto, que é na problematização da polaridade *linguagem normal/linguagem patológica* que se pode encontrar indícios de um diálogo mais “pacífico” entre a Linguística e clínica dos distúrbios de linguagem. Ora, sendo proposta uma teoria

linguística cuja reconfiguração epistemológica⁶ dê conta de “por em suspenso” a dicotomia *normal/patológico*, através da consideração à linguagem na especificidade de seu uso em seu escopo teórico, torna-se possível abordar o distúrbio de linguagem como uma forma muito singular de se “estar” na língua, o que confere ao clínico a possibilidade de formular hipóteses sobre esse funcionamento singular da linguagem (cf. Surreaux, 2006). De um lado, essa nova “escrita” linguística acerca dos distúrbios de linguagem contribuiria significativamente para a clínica dos distúrbios de linguagem no que tange às instâncias de avaliação, diagnóstico e tratamento. De outro, tornaria viável contemplar o distúrbio de linguagem como um interrogante da Linguística, ampliando seu horizonte de estudo e atuação, tal como proposto por Jakobson (1974), e contribuindo para um melhor entendimento acerca do funcionamento da linguagem em geral.

Organização

Quanto à organização do trabalho, este está estruturado em 4 capítulos, dispostos na seguinte sequência:

- **Capítulo 1: O Normal e o Patológico – Considerações Gerais:** onde é realizada uma revisão bibliográfica sobre a dicotomia *normal/patológico*, através de estudos relacionados tanto ao tema em geral quanto restritamente relacionado à linguagem. Espera-se, com isso, apresentar diferentes abordagens sobre a questão, encaminhando a reflexão para a proposta de uma abordagem enunciativa da linguagem como forma de relativização da dicotomia *normal/patológico*;
- **Capítulo 2: Os Mecanismos Linguísticos da Fala Cotidiana:** onde é feito o levantamento de dois mecanismos linguísticos característicos da língua falada, o *par pergunta-resposta* e a *repetição*, juntamente com breves descrições do

⁶ “Em linhas gerais, podemos dizer que a linguística própria ao estudo da patologia de linguagem deve incluir dois redimensionamentos em sua configuração epistemológica: a) da concepção de objeto, para que a patologia possa integrá-lo como um interrogante; b) da concepção de teoria, já que o objeto passa a ser concebido como estruturalmente marcado por relações (...) que demandam um quadro teórico singular” (Flores; Teixeira, 2005, p. 92).

funcionamento dos mesmos em situação cotidiana. Serve como base de pesquisa o conjunto de estudos linguísticos da Gramática do Português Falado;

- Capítulo 3: **Questões Metodológicas:** onde são discutidas questões de ordem teórico-metodológica, tais como a noção de *dado* e de *transcrição* em Enunciação;
- Capítulo 4: **O Funcionamento dos Mecanismos Linguísticos nos Distúrbios de Linguagem:** onde se procura dar maior visibilidade à hipótese deste estudo, de maneira a mostrar que as diferenças entre os mecanismos linguísticos presentes na fala cotidiana e aqueles presentes no distúrbio de linguagem são menos de natureza formal e mais devido à natureza do funcionamento da linguagem em uma dada instância enunciativa.

Finalmente, conclusões são apresentadas no que diz respeito aos resultados obtidos nos levantamentos de dados de clínica dos distúrbios de linguagem, as quais possibilitarão que se tenham considerações de relevância para a relativização da polaridade *linguagem normal/linguagem patológica*. Da mesma forma, encaminha-se a discussão para uma proposta de abordagem teórica que vislumbre os distúrbios de linguagem na sua singularidade. Em outras palavras, propõe-se, em linhas gerais, uma teoria linguística que dê conta de “diluir” a polaridade *linguagem normal/linguagem patológica*, de maneira se que possa estudar o distúrbio de linguagem sempre vinculado ao sujeito que se constitui através dessa linguagem, dando, assim, condições para que se considere essa fala como o produto de um funcionamento singular da linguagem. Cabe dizer ainda que tais apontamentos têm apenas caráter reflexivo, não sendo, portanto, a meta deste trabalho desenvolver uma proposta conclusiva sobre o assunto.

1. O NORMAL E O PATOLÓGICO – CONSIDERAÇÕES GERAIS

Conforme explicitado na introdução, é de interesse do presente trabalho a reflexão a cerca da polaridade *linguagem normal/linguagem patológica* em dados de distúrbios de linguagem. Primeiramente, o desencontro epistemológico que a clínica dos distúrbios de linguagem estabelece com as demais áreas do conhecimento com a qual compartilha o mesmo objeto⁷ de estudo – a linguagem – tem como implicação justamente a falta de uma concepção clara do que vem a ser *linguagem* (cf. Arantes, 1994), o que acarreta, em última instância, em uma preocupação prioritária “com a construção de *técnicas de abordagem diagnóstica e terapêutica*” (Ferraz e Ferraz, 2001, grifos do autor). Ora, é possível se chegar a uma concepção de *normal* ou *anormal* em relação à linguagem quando não se tem um posicionamento claro quanto ao que justamente vem a ser *linguagem*? Obviamente que não! Da mesma forma, lidar com a fala “anormal” sem saber ao certo o que constituiria esse quadro “anormal” da linguagem parece, no mínimo, um contra-senso. Toma-se, normalmente, definições patológicas previamente estabelecidas no campo médico para aplicá-las à clínica dos distúrbios de linguagem, um campo clínico, mas que apresenta suas especificidades (cf. Vorcaro, 1999). Como já visto, esta situação parece apresentar problemas, não só devido à especificidade do campo clínico da fala, mas também porque, conforme será apresentado logo adiante, até mesmo na área médica a fronteira entre o normal e o patológico é motivo de reflexão.

Isso posto, cabe dizer que este capítulo busca mostrar diferentes enfoques que demonstrem a complexidade de abordagem da distinção *normal/ patológico*. Como o interesse neste trabalho se restringe ao campo da linguagem, passa-se, em seguida, a circunscrever aspectos dessa distinção relativamente à linguagem. Finalmente, encaminha-se uma discussão a respeito da concepção de linguagem que, conforme aqui se acredita, possibilita um redimensionamento da polaridade *linguagem normal/linguagem patológica*.

⁷ Não há propriamente identidade de objeto uma vez que se entenda, pela palavra *objeto*, o produto de um ponto de vista teórico, tal como o faz Ferdinand de Saussure em seu *Curso de Lingüística Geral* (CLG). Evidentemente, cada área de estudo toma a linguagem de um ponto de vista a partir do qual constitui um objeto que lhe é próprio. Entende-se *objeto*, no contexto acima, – ainda referenciado à Saussure – como *matéria* (cf. cap. 2 da Introdução do CLG). Assim, a linguagem é uma *matéria* comum que constitui diferentes objetos em diferentes quadros teóricos.

1.1. Canguilhem e a polaridade *normal/patológico* na área médica

É de Vieira (1981) o seguinte questionamento:

Os pesquisadores e os clínicos que estudam comportamentos tidos como patológicos deparam-se constantemente com grande dificuldade. Como relacionar tais comportamentos com aqueles considerados normais? E, mais que isto, qual é a fundamentação utilizada para o estabelecimento desses padrões? (p. 9).

De fato, por trás da aparente transparência com que se tem visto a relação normal/patológico, subjaz ainda um problema de definição dos critérios de tal distinção. Seriam os quadros patológicos instâncias completamente alheias ao comportamento dito “normal” do organismo? Ou, ao contrário, manteriam eles estreito vínculo com a normalidade? E se de fato manterem essa relação, como ela se dá? Questões como estas são centrais na discussão estabelecida pelo médico e filósofo Georges Canguilhem (1904 – 1995).

Através da retomada de pesquisas e teses acerca da dicotomia *normal/patológico* vigentes no século XIX, tais como as de Auguste Comte e Claude Bernard, Canguilhem (1978) levanta questões de extrema importância, ao mesmo tempo em que aponta para possíveis respostas, as quais serão apresentadas adiante.

Segundo Canguilhem (1978), Comte parte do que o autor denomina “Princípios de Broussais”, elevando-os à categoria de axioma geral para explicar de forma positivista questões intelectuais de ordem sociológica. Tais princípios dizem respeito à tese geral de que “os fenômenos da doença coincidem essencialmente com os fenômenos da saúde, da qual só diferem pela intensidade” (op. cit., p. 29). Diz Comte:

(...) o estado patológico em absoluto não difere radicalmente do estado fisiológico, em relação ao qual ele só poderia constituir, sob um aspecto qualquer, um simples prolongamento mais ou menos extenso dos limites de variações, quer superiores, quer inferiores, peculiares a cada fenômeno do organismo normal (apud Canguilhem, op. cit., p. 31).

Ou seja, a diferença entre o normal e o patológico seria puramente relativa à intensidade maior ou menor de determinado fenômeno em relação a seu estado normal. Tal concepção quantitativa da relação *normal/patológico* é criticada por Canguilhem, uma vez

que “é em relação a uma medida considerada válida e desejável – e, portanto, em relação a uma *norma* – que há excesso ou falta” (op. cit., p. 36, grifo meu). Dessa forma, como reitera o autor:

Definir o anormal por meio do que é de mais ou de menos é reconhecer o caráter *normativo* do estado dito “normal”. Esse estado normal ou fisiológico deixa de ser apenas uma disposição e explicável como um fato, para ser a manifestação do apego a algum *valor* (op. cit., idem, grifos meus).

Isso equivale a dizer que, na tentativa de adotar uma perspectiva quantitativa com relação à definição de normal e de patológico, Comte recorre a um “ideal de perfeição” para postular o “normal”, o que o põe em contradição com sua recusa de qualquer abordagem qualitativa, já que ela é implicada pela noção de *valor* aí presente. Ora, a própria noção de *normal* supõe uma *norma*.

De maneira semelhante, Claude Bernard afirma que “toda doença tem uma função normal correspondente da qual ela é apenas a expressão perturbada, exagerada, diminuída ou anulada” (apud Canguilhem, op. cit., p. 45)⁸. Embora condene qualquer método puramente matemático de distinção entre a normalidade e a anormalidade, Bernard, assim como Comte, também não admite que tal distinção seja regida por noções qualitativas. Novamente, Canguilhem mostra que definir o patológico por quadros exagerados ou diminuídos (ou seja, alterados) de um estado normal é atribuir *valor qualitativo* a esse “normal” e, conseqüentemente, também ao “patológico”. Nas palavras do autor: “A saúde perfeita não passa de um conceito normativo, de um tipo ideal” (op. cit., p. 54).

Portanto, segundo Canguilhem:

(...) em vez de considerar que os fenômenos fisiológicos constituem o modelo dos fenômenos patológicos, deve-se considerar que *sua expressão é peculiar, seu*

⁸ Por motivos de espaço e por não ser do interesse específico deste trabalho, as análises de quadros patológicos presentes na obra de Canguilhem não serão aqui comentadas. Porém, à guisa de exemplo, vale citar o estudo realizado por Claude Bernard sobre o diabetes, no qual ele constata que a glicemia (concentração de glicose no sangue) “é um fenômeno constante (...), e que a glicosúria [sintoma do diabetes] é a conseqüência de uma glicemia aumentada, e que ultrapassou um certo teor considerado como limiar” (Canguilhem, 1978, p.47). Seria, portanto, o *aumento* da glicemia que caracterizaria o caráter patológico, e não a glicemia em si, já que ela é, por definição, um fenômeno natural.

mecanismo é especial (...); não há um único fenômeno que se realize no organismo doente da mesma forma como no organismo são (op.cit., p. 52, grifos meus).

Com isso, Canguilhem aponta para a importância de se considerar a relação *normal/patológico* em sua totalidade, isto é, levando em conta que fatores quantitativos necessariamente implicam fatores qualitativos. Além disso, o autor evidencia o modo artificial como é tratada a doença, quando indaga: “O que é um sintoma, sem contexto, ou um pano de fundo? O que é uma complicação, separada daquilo que ela complica?” (op.cit., p. 65). Em última instância, o que é a doença sem o *sujeito* no qual ela se manifesta? Realmente, tais questões parecem endereçar a discussão para uma abordagem mais totalizante e dinâmica da polaridade *normal/patológico*, a ponto de o autor propor à doença o *status* de “*uma forma diferente de vida*” (p. 66, grifo do autor), uma vez que o estado patológico não significa uma ausência de normalidade, ou como afirma Canguilhem, “não existe absolutamente vida sem normas de vida, e o estado mórbido é sempre uma certa maneira de viver” (p. 188).

Em resumo, e nas palavras do próprio autor:

Não é portanto, um método objetivo que qualifica como patológico um determinado fenômeno biológico. É sempre a relação com o indivíduo doente, por intermédio da clínica, que justifica a qualificação de patológico (Canguilhem, op. cit., p.189).

É também por essa via que se torna possível problematizar a polaridade *normal/patológico*, através da recusa de um modelo objetivo e *apriorístico* de normalidade, baseado numa mescla de condição *média* ou *de meio termo* entre indivíduos e de um *ideal* de normalidade. A consideração ao indivíduo parece ser fundamental nessa questão, e ainda mais necessária quando o interrogante é a linguagem, conforme será apresentado adiante.

1.2. A polaridade *normal/patológico* no campo da linguagem

O tratamento dado aos distúrbios de linguagem, conforme já foi dito, tem sido baseado nas classificações advindas do campo médico sob o rótulo de “patologias”. Em decorrência disso, tais classificações herdaram o mesmo questionamento levantado por Canguilhem (1978) acerca dos critérios de distinção entre o *normal* e o *patológico*, com o agravante de ser a

linguagem o objeto de estudo da clínica fonoaudiológica. Como bem afirma Vorcaro (1999), “os distúrbios de linguagem, mesmo quando associáveis a quadros orgânicos ou a limitações do meio social, *trazem a marca da posição de um sujeito na língua*” (p. 122, grifo meu). Da mesma forma, Lier-De Vitto (2003) chega a essa reflexão quando indaga: “o que, (...), sustentaria a linguagem no rótulo ‘patologias da linguagem’? Unicamente, que sintomas aparecem *na* linguagem” (p. 234). Tais reflexões colocam em relevo justamente a inadequação das classificações *apriorísticas* advindas do campo médico no tratamento dos distúrbios de linguagem, ao mesmo tempo em que apontam para uma visão diferenciada da fala sintomática, através da consideração ao *sujeito* que através dela (se) enuncia, sendo o sintoma um “jeito de estar” desse sujeito na língua (cf. Surreaux, 2006).

Os critérios de diferenciação da polaridade *linguagem normal/linguagem patológica*, tal como mencionados anteriormente, configuram-se como problemáticos por, no mínimo, dois motivos, ambos relacionados à linguagem: Em primeiro lugar, devido ao fato de que o estudo da fala desviante não pode ser desvinculado daquele que a produz e dela faz uso. Uma perspectiva como essa colocará irremediavelmente o distúrbio em destaque, em detrimento até mesmo da fala em si. Em segundo lugar, porque “erros” são inerentes à língua (cf. Lier-De Vitto, 2001). Em outras palavras, é comum a presença de erros ou equívocos na fala usual⁹, fato atestado em muitos estudos linguísticos de caráter conversacional e funcional.

Nesse sentido, é da natureza da língua a ocorrência de erros, de forma que a própria língua dispõe de mecanismos linguísticos de reformulação da fala, tais como a paráfrase, a repetição, entre outros¹⁰, para dar conta de tais equívocos. Estudos como os de Tarallo (et al.) e Koch (et al.), ambos presentes em Castilho (1990), mostram que, diferentemente do texto escrito, que é planejado de antemão, o que permite uma ocultação dos processos de elaboração do discurso, o texto oral mostra explicitamente seus mecanismos de formulação, uma vez que esta se dá no próprio desenrolar da conversação. Isso não quer dizer que haja

⁹ Tal constatação faz eco à reflexão presente em Freud (1891/1979) acerca das afasias, ainda que a sua discussão não tenha a linguagem como foco principal. Sobre o sintoma por ele denominado *parafasia*, o ainda neurologista afirma: “(...) a parafasia observada em alguns doentes não se distingue em nada daquela troca ou mutilação de palavras que quem é saudável pode encontrar em si próprio em caso de cansaço ou sob influência de estados afetivos que o perturbam” (p. 35).

¹⁰ Alguns mecanismos linguísticos da língua falada serão apresentados no **capítulo 2** deste trabalho. No entanto, não é do interesse do presente estudo a descrição pormenorizada de todos os fenômenos linguísticos da fala. Para mais detalhes sobre o assunto, ver a *Gramática do Português Falado*, em seus oito volumes.

uma inferioridade da fala frente à escrita. Tais estudos mostram que, diferentemente do que parece, a fala apresenta diversos mecanismos de organização responsáveis por assegurar a comunicação entre os interlocutores.

No entanto, como ainda lembra a autora, “erros são inerentes ao uso da língua, mas erros patológicos de fala têm um caráter especial” (Lier-De Vitto, 2001, p. 245), isto é, apresentam um estatuto particular, uma vez que, conforme a autora, produzem um efeito de estranhamento no ouvido do interlocutor. Ou seja, o “erro”, normalmente despercebido ou relevado na fala usual, torna-se gritante na fala desviante, imediatamente percebido e estranhado por qualquer falante. Disso se conclui que os “erros ditos patológicos são sintomas de natureza particular exatamente porque *fazem presença na fala*” (Lier-De Vitto, op. cit., p. 245, grifo meu).

Dessa forma, não caberia simplesmente elevar a fala desviante ao mesmo estatuto da fala dita “normal”, uma vez que há de fato diferenças entre essas duas formas de manifestação da linguagem, observáveis intuitivamente por qualquer falante nativo de uma língua. Ou seja, não se está aqui a negar a existência de quadros patológicos ou a propor uma oposição à visão “universal” de patologia, e isso é muito importante que seja dito. A patologia existe. O que se propõe neste estudo é uma visão da dicotomia *linguagem normal/linguagem patológica* que possibilite mostrar como o falante se singulariza na generalidade da patologia. Em outras palavras, antes de refutar o diagnóstico de gagueira, por exemplo, propõe-se aqui uma abordagem teórica que permita ver o funcionamento singular da gagueira na fala daquele que a possui. É nessa perspectiva que se entende aqui a relativização da dicotomia *normal/patológico* no âmbito da linguagem.

Não obstante, ainda que se considere a diferenciação entre *linguagem normal* e *linguagem patológica*, não se pode dizer que esta tem se dado de maneira satisfatória, como diz Lier-De Vitto (op.cit.):

Chamo atenção para o fato de que nessas tentativas de circunscrição do sintoma, o que se busca é relacioná-lo a um “déficit” na linguagem (de competência ou pragmática ou ambas). Mas se erros “sintomáticos” são localizáveis em falas de crianças com quadros clínicos de linguagem, eles perdem o caráter de “sintomáticos” ao serem observados em falas de crianças “normais”. Vê-se, por aí,

que os aparatos conceituais e descritivos utilizados não têm sido eficazes para distinguir erros “normais” de “sintomáticos” (p. 246).

Ademais, se é da natureza da linguagem a ocorrência de erros, seu caráter sintomático dependerá sempre de quem os enuncia e em quais circunstâncias, e, uma vez que se leve em conta tais fatores, torna-se possível dizer algo sobre o funcionamento enunciativo destes erros (cf. Flores; Surreaux; Kuhn, 2005).

Assim sendo, cabe perguntar: que perspectiva de entendimento da linguagem permite que se atente para este funcionamento singular? De certa forma, a resposta já foi antecipada. O que as reflexões acerca da polaridade *normal/patológico* retomadas acima parecem endereçar para os estudos linguísticos dos distúrbios de linguagem é, pois, em primeira instância, a consideração à linguagem como possibilidade de subjetividade (cf. Benveniste, 1958/1988), isto é, vinculada ao locutor que dela faz uso e que nela e por ela se marca como sujeito. Está-se aqui a falar do campo da enunciação, em especial, da Teoria da Enunciação de Émile Benveniste. O que postula essa teoria? Em que medida pode ela contribuir para o estudo dos distúrbios de linguagem? Ou ainda, tendo em vista a existência de outras teorias linguísticas que se preocupam com a instância da subjetividade na linguagem, por que se opta aqui pela mobilização da Teoria da Enunciação? É o que será visto, ainda que em linhas gerais, no próximo tópico deste capítulo.

1.3. A Teoria da Enunciação e os distúrbios de linguagem

Porque buscar na Linguística da Enunciação, na Teoria da Enunciação de Émile Benveniste em particular, subsídios para o estudo linguístico dos distúrbios de linguagem?

Benveniste, como se sabe, é conhecido como o linguista responsável pela inclusão da questão da subjetividade na linguagem (cf. Surreaux, 2006). De fato, muitos dos textos presentes em *Problemas de Lingüística Geral I e II* atestam a preocupação do autor com a relação entre o homem e a linguagem. Para ele, homem e linguagem não podem ser imaginados de forma separada, uma vez que a linguagem é da natureza do homem e ambos se constituem mutuamente. Separá-los seria reconhecer o caráter meramente *instrumental* da

linguagem, visão esta negada pelo autor em *Da Subjetividade na Linguagem* (texto de 1958), quando diz que:

(...) a comparação da linguagem com um instrumento, (...), deve encher-nos de desconfiança, como toda noção simplista a respeito da linguagem. Falar de instrumento, é pôr em oposição o homem e a natureza. A picareta, a flecha, a roda não estão na natureza. São fabricações. A linguagem está na natureza do homem, que não a fabricou (Benveniste, 1958/1988, p. 285).

Não se pode imaginar, portanto, o homem como pré-existente à linguagem, já que “é um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição do homem” (op. cit., idem). Se é a linguagem que ensina a definição do homem, de que maneira isso se dá? Pelo fato de que “é na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como *sujeito*” (op. cit., p. 286, grifo do autor). Eis aí o princípio da *subjetividade* incluído no objeto da Linguística, uma vez que, para Benveniste, o homem está na língua¹¹. Da mesma forma, supor a linguagem como um *a priori* é incorrer no mesmo erro, já que “a linguagem só é possível porque cada locutor se apresenta como *sujeito*, remetendo a ele mesmo como *eu* no seu discurso” (op. cit., idem, grifos do autor). Linguagem e sujeito se constituem, pois, na e pela enunciação, que é “este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (Benveniste, 1970/1989, p. 82).

Percebe-se, com o que foi dito até aqui, que a perspectiva da teoria da enunciação vislumbra a linguagem em ação, sempre vinculada àquele que dela faz uso. Ora, o “ato individual de utilização” do qual fala Benveniste supõe referência ao locutor e à situação em que este ato se dá. Ou seja, diferentemente de considerar apenas o enunciado em seu escopo teórico, o campo da enunciação contempla também o próprio ato de enunciar e aquele que enuncia, através das “marcas” que este deixa no enunciado, marcas essas que revelam a subjetividade inerente à linguagem e a singularidade de cada ato enunciativo. Tais marcas de subjetividade apontam para a instância singular de apropriação da língua pelo locutor, que a atualiza em discurso. Essa transformação da língua em discurso pelo locutor se dá através do que Benveniste chama de *aparelho formal da enunciação*.

¹¹ Cabe dizer que a quinta parte dos dois volumes de *Problemas de Linguística Geral* chama-se justamente “O Homem na Língua”.

As “marcas” das quais se falou aqui são constitutivas do *aparelho formal da enunciação*, e revelam a relação do locutor com a língua. Em primeira instância, são os pronomes pessoais os que mais elucidam essa relação. Como diz Benveniste:

Estamos na presença de uma classe de palavras, os “pronomes pessoais”, que escapam ao *status* de todos os outros signos da linguagem. A que, então, se refere o *eu*? A algo de muito singular, que é exclusivamente lingüístico: *eu* se refere ao ato de discurso individual no qual é pronunciado, e *lhe* designa o locutor. É um termo que não pode ser identificado a não ser dentro do que, noutro passo, chamamos de instância de discurso, e que só tem referência atual. A realidade a qual ele remete é a realidade do discurso (Benveniste, 1958/1988, p. 288).

Sobre os pronomes pessoais, cabe citar ainda outra passagem do linguista, na qual ele afirma que “a linguagem de algum modo propõe formas ‘vazias’ das quais cada locutor em exercício de discurso se apropria e as quais refere à sua ‘pessoa’, definindo-se ao mesmo tempo a si mesmo como *eu* e a um parceiro como *tu*” (op. cit., p. 289). Portanto, sendo unicamente da ordem da enunciação, os pronomes *eu/tu*¹² designarão sempre algo novo a cada instância de discurso, estando, assim, no terreno da irrepetibilidade. Da mesma forma, os chamados “índices de ostensão” (como, por exemplo, “este”, “aqui”, “aquele”, etc.) e as “formas temporais”¹³ fazem parte do *aparelho formal da enunciação* e marcam a relação a cada vez única do homem com a língua. Logo, pode-se dizer que a enunciação é a da ordem do irrepetível, uma vez que as condições de pessoa, tempo e lugar (eu-tu-aqui- agora) nunca se repetem.

¹² Diz Benveniste: “A consciência de si só é experimentada por contraste. Eu não emprego *eu* a não ser dirigindo-me a alguém, que será na minha alocação um *tu*. Essa condição de diálogo é que é constitutiva da *pessoa*, pois implica em reciprocidade – que eu me torne *tu* na alocação daquele que por sua vez se designa por *eu*” (Benveniste, 1958/1988, p. 286). *Eu* e *tu*, portanto, partilham do estatuto de *pessoa*, uma vez que se caracterizam pela sua unicidade e inversibilidade, sendo esta última a responsável pela *intersubjetividade*, sem a qual não se pode pensar em *subjetividade*. O pronome *ele*, no entanto, é visto por Benveniste como a *não-pessoa*, uma vez que não se encontra presente na relação dialógica do discurso, não partilhando, portanto, da sua unicidade e inversibilidade constitutiva. O *ele* é aquele ou aquilo de quem se fala, estando assim fora da alocação.

¹³ Assim como as formas *eu/tu* e os indicadores de lugar, a temporalidade é um importante traço da enunciação, uma vez que também é marca de subjetividade. Nas palavras de Benveniste: “Poder-se-ia supor que a temporalidade é um quadro inato do pensamento. Ela é produzida, na verdade, na e pela enunciação. Da enunciação procede a instauração da categoria do presente, e da categoria do presente nasce a categoria do tempo. O presente é propriamente a origem do tempo” (Benveniste, 1970/1989, p. 85). Ou seja, é na dependência do locutor que se enuncia como *eu* em um dado momento (o presente da enunciação) que se dá a temporalidade. Dessa forma, “presente” enquanto temporalidade lingüística reflete um estar *presente* do homem na linguagem, através da enunciação.

Importante também se faz falar da relação entre *forma* e *sentido* na teoria esboçada por Benveniste, uma vez que se configura da mesma forma como um dos grandes interesses do autor. Para ele, *forma* e *sentido* são “noções gêmeas”, dada a sua indissociabilidade. A questão, levantada por Benveniste principalmente em seus textos *A Forma e o Sentido na Linguagem* (1966) e *Semiologia da Língua* (1969), leva indubitavelmente a discussão para o terreno da *significação*. Para ele, “há para a língua duas maneiras de ser língua no sentido e na forma” (1966/1989, p. 229). A primeira é a língua como *semiótica*, pertencente ao domínio do signo linguístico e circunscrita apenas às relações internas da língua, cuja função primeira é a de significar; a segunda maneira diz respeito à língua como *semântica*, pertencente ao domínio da língua em ação, cuja função é a de *comunicar*. Nas palavras de Benveniste:

A semiótica se caracteriza como uma propriedade da língua; a *semântica* resulta de uma atividade do locutor que coloca a língua em ação. O signo semiótico existe em si, funda a realidade da língua, mas ele não encontra aplicações particulares; a frase, expressão do semântico, não é senão particular. (...) e enquanto o signo tem por parte integrante o significado, que lhe é inerente, o sentido da frase implica referência à situação de discurso e à atitude do locutor (Benveniste, 1966/1989, p. 229-230, grifos meus).

Falar sobre *forma* e *sentido* em seu nível *semântico* é, portanto, falar sobre a linguagem em uso. Enquanto que no *semiótico* a relação entre forma e sentido é “intralinguística”, dando-se por meio das relações opostas no sistema da língua, no plano *semântico* a relação entre *forma* e *sentido* se dá “pela escolha, pelo agenciamento das palavras, por sua organização sintática, pela ação que elas exercem umas sobre as outras” (Benveniste, op. cit., p. 230). Ou seja, *forma* e *sentido*, nesta última acepção, nascem e se relacionam na enunciação, pela ação de um locutor, e constituem por isso mesmo uma marca de *subjetividade*.

À guisa de resumo, pode-se citar as palavras de Aresi; Flores (2008), que dizem:

A teoria da enunciação, ao tomar a fala de cada sujeito pelo que ela tem de singular – em função da instanciação no tempo e espaço sempre presentes da enunciação – permite ao lingüista descrever o funcionamento da linguagem relativamente à singularidade do uso feito por cada sujeito em uma dada instância enunciativa (p. 88).

Assim, percebe-se que um dos motivos para se lançar mão das idéias de Benveniste como aporte teórico ao estudo dos distúrbios de linguagem é possibilidade de incluir no processo de análise dos dados a singularidade da fala desviante. Ora, se o campo da enunciação preocupa-se com o “homem na língua”, o que significa ver a singularidade do homem na regularidade do sistema linguístico, isto vai ao encontro de uma perspectiva teórica que estude formas muito singulares de enunciar. Ou seja, uma abordagem que não se limite ao enunciado, mas que leve em conta também o próprio ato de enunciar com referência àquele que enuncia e ao seu contexto de enunciação, permite que se observe o funcionamento singular da linguagem do indivíduo em questão. Ou ainda, a Teoria da Enunciação, ainda que não apresente um “modelo” de análise¹⁴ propriamente dito, ou talvez por esse mesmo motivo, fornece, na sua amplitude teórica, instrumentos e conceitos cuja interpretação permite mostrar as marcas deixadas pelo locutor ao se constituir como sujeito no seu dizer, o que a coloca como possibilidade de se observar e analisar, no escopo da clínica dos distúrbios de linguagem, o que há de específico em termos de funcionamento na fala de cada paciente.

Isso posto, cabe aqui ressaltar outra vez a especificidade da abordagem enunciativa como proposta de relativização da dicotomia *linguagem normal/linguagem patológica*. Como se pôde perceber através da explicitação de alguns princípios norteadores da teoria benvenistiana, olhar para a enunciação é ver a singularidade do uso da linguagem. Da mesma forma, relativizar *normal* e *patológico* aqui significa reconhecer, na generalidade da patologia, uma instância de subjetividade, que diz respeito à forma singular de se estar na linguagem com distúrbio. Eis aí uma outra visão da polaridade *normal/patológico*. Contemplar o funcionamento enunciativo da *linguagem patológica* é, portanto, atentar para a forma na qual e pela qual o sujeito se constitui e se singulariza. Desfaz-se, assim, a aparente negação do conceito de patologia e, conseqüentemente, da prática diagnóstica da linguagem como um todo.

Uma vez que se tenha apresentado o enfoque teórico proposto neste estudo, parte-se, agora, para a revisão dos estudos linguísticos acerca de mecanismos pertencentes à fala dita

¹⁴ Eis o que afirmam Flores;Teixeira (2005): “Benveniste não desenvolveu propriamente um modelo de análise da enunciação. Sua obra é mais um roteiro indicativo de questões referentes à ‘presença do homem na língua’ do que a proposição de um método nítido de análise. (...). Propor uma metodologia de análise da língua a partir das indicações deixadas pelo “pai da teoria da enunciação” é em si mesmo uma teoria. Talvez nisso se encerre a grandeza de Benveniste: permitir que sempre novas leituras se façam, a cada enunciação” (p. 104).

“normal”, os quais serão mais tarde averiguados quanto à sua ocorrência e funcionamento em situação de clínica dos distúrbios de linguagem.

2. OS MECANISMOS LINGUÍSTICOS DA FALA COTIDIANA

Busca-se aqui realizar uma descrição de mecanismos linguísticos recorrentes na fala usual, tomando como base os estudos presentes na Gramática do Português Falado, resultado de um projeto proposto por Ataliba Teixeira de Castilho em 1987 que visava “a preparação de uma gramática referencial da variante culta do português falado no Brasil” (Castilho, 1990, p. 9). Composta de oito volumes sob a organização de diferentes pesquisadores, essa gramática apresenta uma variada gama de estudos descritivos da língua falada, sob uma perspectiva linguístico-interacional. No entanto, uma vez que os objetivos deste estudo não visam à exaustividade, são brevemente descritos aqui apenas dois mecanismos linguísticos da fala, a saber, o *par pergunta-resposta* (cf. 2.1) e a *repetição* (cf. 2.2).

2.1. O par pergunta-resposta

Certamente, o par pergunta-resposta configura-se como um dos mecanismos linguísticos de maior uso na fala. De fato, é difícil imaginar uma conversação sem perguntas e respostas, a tal ponto de Urbano et al. (1996) considerá-las como uma unidade dialógica mínima fundamental para a organização conversacional. Além disso, *unidade mínima* aqui se refere ao forte elo que ambos os elementos – pergunta e resposta – estabelecem entre si. Prova disso é que, se, por um lado, é difícil imaginar um diálogo sem eles, por outro lado, também o é imaginar uma pergunta sem resposta e vice-versa. É o que afirma Stubbs (1987) quando diz que há uma dupla relação entre o par pergunta-resposta: as perguntas antecipam e restringem semanticamente as respostas, dependendo destas que, por sua vez, são ainda mais dependentes das primeiras.

No que diz respeito à estrutura do par pergunta-resposta, Urbano et al. (1996, p. 75) consideram-na constituída de um primeiro segmento, uma pergunta (P), que é seguido de uma

resposta (R), que pode ser seguido de um “segmento opcional” (S)¹⁵, conforme o exemplo abaixo:

P – Que horas são?

R – São três e meia.

S – Obrigado.

Quanto às classificações funcionais do par pergunta-resposta encontradas em estudos de caráter conversacional, pode-se dizer que as perguntas constituem dois grupos, cada qual solicitando um tipo diferente de resposta. São elas: a) as *perguntas fechadas* ou *totais*; e b) as *perguntas abertas* ou *parciais*.

Nas perguntas fechadas ou totais, solicita-se a confirmação ou negação de um conteúdo proposicional, isto é, não há a solicitação de uma informação nova, uma vez que a pergunta já traz com si essa informação, cabendo ao destinatário da pergunta responder apenas *sim* ou *não*¹⁶. Tratam-se, portanto, de perguntas semanticamente cheias, como no exemplo:

P – Você vai ao cinema?

R – Sim/Não.

Já nas perguntas abertas ou parciais, é justamente a informação nova que é solicitada na resposta. Tais perguntas, geralmente iniciadas por marcadores interrogativos como *quem*, *quando*, *onde*, *qual*, *o que*, etc., necessitam de respostas que preencham satisfatoriamente o “vazio semântico” presente nesses marcadores, através de conteúdos proposicionais que mantenham direta correlação com a circunstância indicada pelo marcador (cf. Urbano et al., 1996, p. 78):

P – *Quando* você vai ao cinema?

R – Acho que vou *amanhã*.

¹⁵ No entanto, nem sempre é a estrutura P – R – (S) a que se vê em uso, uma vez que as combinações existentes entre perguntas e respostas na conversação podem ser muito variadas (ver Urbano et al., 1996; Kerbrat-Orecchioni, 2005). Considera-se, contudo, que, via de regra, a resposta deve ser sempre adequada semanticamente à pergunta que a solicitou.

¹⁶ Termos como *claro*, *nunca*, *jamais*, *aham*, etc. podem substituir o *sim* ou *não* da resposta. Todavia, o sentido de “sim” e “não” permanece.

Apresenta-se, dessa forma, as duas principais funções das perguntas na fala¹⁷: pergunta enquanto solicitação de confirmação ou negação de uma informação já dada; e pergunta enquanto solicitadora de informação nova, considerada de domínio do interrogado. As respostas, por sua vez, dependem em maior grau das perguntas e devem ser adequadas a elas, conforme sua função.

2.2. A repetição

Assim como o par pergunta-resposta, o mecanismo linguístico da repetição constitui um dos mais importantes fenômenos da língua falada. Como afirma Marcuschi (1996), “mais do que uma simples característica da língua falada, a repetição é uma das estratégias de formulação textual mais presentes na oralidade” (p. 95), assumindo, assim, um variado conjunto de funções. Em estudo anterior, Marcuschi (1992), ao considerar aspectos formais e funcionais da repetição na conversação, chegou a uma tipologia que contava com mais de cinquenta usos desse mecanismo linguístico. Tal estudo descritivo, além de demonstrar a maleabilidade funcional da repetição, define-a enquanto elemento fundamental da fala.

Em uma tentativa de delinear o objeto de seu estudo, Marcuschi (1996) define repetição como “*a produção de segmentos discursivos idênticos ou semelhantes duas ou mais vezes no âmbito de um mesmo evento comunicativo*” (p. 97, grifo do autor). Por *segmentos discursivos*, entende-se unidades de todos os níveis linguísticos, desde segmentos fonológicos até orações. Já *idênticos ou semelhantes* dizem respeito à existência ou não de variação entre os elementos repetidos e sua primeira ocorrência. No entanto, e diferentemente do que a definição sugere, “*repetir as mesmas palavras num evento comunicativo não equivale a dizer a mesma coisa*” (Marcuschi, op.cit., p. 96, grifo do autor), uma vez que a repetição envolve

¹⁷ As funções da pergunta, numa perspectiva pragmático-discursiva, são muitas, desde simplesmente iniciarem o discurso, como as perguntas sobre o tempo, até as perguntas que carregam outras consigo, como a pergunta fechada “Você tem horas?”, cuja simples resposta “sim” não é suficiente para satisfazê-la. Portanto, longe de esgotar a apresentação sobre o tema, o que não é objetivo deste trabalho, a discussão aqui presente apenas introduz a complexidade funcional deste mecanismo linguístico, ao passo que serve como ponto de referência para as ocorrências de tal fenômeno em dados de distúrbio de linguagem.

funções diferentes do segmento repetido, além de nem sempre promover uma identidade referencial, como no exemplo:

L1 – *você* compra um *carro*
você aluga...
quando *você* acaba de pagar
você troca por *outro*
aí *você* continua alugando o *carro*
você não tem *carro* nunca

L2 – e *você* vê... isso isso está descapitalizando o cidadão (Marcuschi, 1996, p. 96).

Percebe-se no exemplo que, embora *você* e *carro* sejam repetidos diversas vezes no trecho da conversa, as repetições funcionam como mecanismos de continuidade tópica. Como diz o Marcuschi (op. cit, p. 96), “a retomada é do ponto de vista textual e envolvem sentidos que estabelecem a continuidade tópica, mas não a identidade referencial”. Com efeito, o *você* dito pelo primeiro locutor difere radicalmente do *você* enunciado pelo segundo locutor: trata-se, no primeiro caso, de um indivíduo genérico (como “a gente”, “as pessoas”, etc.), enquanto que no segundo caso *você* refere-se diretamente ao interlocutor.

No que diz respeito aos aspectos funcionais, a repetição, conforme já dito, apresenta uma variada gama de usos, os quais atuam tanto no plano da textualização – tendo na *coesividade* suas funções mais comuns (referenciação, sequenciação, parentetização, etc.) – quanto no plano discursivo, onde colabora para a compreensão, continuidade tópica, argumentatividade e interatividade (cf. Marcuschi, op. cit., p. 107).

Por fim, os estudos de Marcuschi (1992, 1996) permitem constatar que, dentre as ocorrências de repetições na conversação, 80% delas se dão a nível interpessoal (auto-repetição), isto é, são repetições que o locutor faz de elementos linguísticos enunciados por ele mesmo no mesmo turno de fala, ao passo que em apenas 20% dos casos a repetição é feita pelo interlocutor (heterorrepetição). Tal constatação, segundo o autor, demonstra a maior presença desse mecanismo linguístico em função de coesividade e condução do tópico, enquanto que nos processos de argumentatividade e interação a repetição se apresenta de forma menos frequente e sistemática.

Apresentou-se, neste capítulo, ainda que de forma sucinta, uma revisão descritiva dos mecanismos linguísticos do *par pergunta-resposta* e da *repetição*, ambos característicos da

fala usual. Porém, antes de se realizar a análise de tais mecanismos em dados de distúrbio de linguagem, faz-se necessário operacionalizar os conceitos apresentados no **tópico 1.3** deste trabalho sob a forma de um direcionamento da análise enunciativa, tendo em mente os pressupostos teóricos já citados e suas implicações na metodologia a ser construída. É do que se trata o capítulo seguinte deste estudo.

3. QUESTÕES METODOLÓGICAS

Como se tem no presente trabalho o objetivo de reunir elementos que permitam a relativização, no âmbito da linguagem, da diferença entre o *normal* e o *patológico*, são apresentados, a seguir, alguns aspectos metodológicos relativos à Teoria da Enunciação, a partir dos quais se acredita poder operacionalizar os propósitos deste estudo. Assim, adiante, são fornecidas algumas informações relativas à coleta (cf. 3.1), à apresentação (cf. 3.2) e à análise dos dados (cf. 3.3).

3.1. Da coleta dos dados

Os dados utilizados na análise deste trabalho consistem em dois recortes de diálogos entre terapeuta e paciente extraídos e transcritos a partir de gravações de sessões de atendimento fonoaudiológico integrantes do banco de *fatos*¹⁸ *ENUNSIL (Enunciação e Sintoma na Linguagem)*, do Instituto de Letras da UFRGS. Tais recortes enunciativos dizem respeito a duas instâncias distintas de atendimento fonoaudiológico, isto é, cada uma das transcrições trata de um diferente caso clínico, com diferentes interlocutores, em diferentes épocas e locais de atendimento. Cabe, portanto, especificar os recortes a serem apresentados.

O primeiro recorte é extraído de cinco sessões de atendimento fonoaudiológico de uma paciente de onze anos com diagnóstico de retardo de linguagem associado à Síndrome de Down. Tais sessões ocorreram e foram gravadas em 2006 na Clínica de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

O segundo recorte, utilizado por Kuhn (2006) no estudo da construção da co-referência no diálogo entre paciente e terapeuta, diz respeito a um caso de ecolalia de um paciente de 3 anos e 5 meses, cuja sessão ocorreu em clínica fonoaudiológica particular, no ano de 2005.

¹⁸ A noção de *fato de linguagem* é discutida no tópico seguinte deste capítulo.

3.2. Da apresentação dos dados

Conforme visto no capítulo anterior, a Enunciação, tal como a vê Benveniste, apresenta especificidades, uma vez que aborda a linguagem sob o ponto de vista da *subjetividade e irrepetibilidade*, e tais especificidades de certa forma implicam em aspectos referentes à metodologia. Por esse motivo, é feita aqui uma breve (porém necessária) reflexão de ordem teórico-metodológica, uma vez que a análise da linguagem com o aporte enunciativo exige perspicácia por parte do analista em relação a alguns pontos. Está-se a falar aqui, principalmente, dos conceitos de *dado* e de *transcrição*.

Primeiramente, a pergunta que se coloca é: O que é um *dado* pelo viés da enunciação? Certamente que não é o enunciado. Pode-se, isso sim, dizer que o enunciado é o meio pelo qual se pode chegar à enunciação, através das maneiras pelas quais o locutor se marca no que diz, ao colocar a língua em funcionamento. Este último aspecto, que diz respeito ao ato de colocar a língua em funcionamento, estando nele presentes os interlocutores e a situação em que ele se realiza, é que é o objeto de estudo do campo da enunciação, pois se trata justamente da enunciação. Ora, a enunciação não se configura como diretamente observável, e isso por conta de sua efemeridade e irrepetibilidade. A distinção enunciação/enunciado aqui se faz fundamental: enunciação “é o ato mesmo de produzir um enunciado, e não o texto do enunciado” (Benveniste, 1970/1989, p. 82), ato o qual Benveniste (1966/1989) caracteriza como “um acontecimento que desaparece” (p. 232). Disso se conclui que o *dado*, na perspectiva enunciativa, não é jamais “dado”, sendo, portanto, algo que não pode ser vislumbrado senão através da análise de ocorrências enunciativas, as quais, por sua vez, são nomeadas de *fatos*¹⁹. Percebe-se, assim, a especificidade desse conceito no campo da enunciação, especificidade esta que se reflete no tratamento dado ao segundo conceito desta reflexão, ou seja, o de *transcrição*.

Pensar a transcrição sob a ótica da enunciação é, em primeira instância, reconhecê-la também como um ato enunciativo. Dito de outra forma, a passagem do meio oral ao meio escrito, isto é, a escrita da fala, não se dá de forma autônoma, uma vez que essa escrita é

¹⁹ O termo *fato linguístico* é cunhado por Benveniste em seu texto de 1964, intitulado Os Níveis da Análise Linguística.

produto da observação de um *fato de linguagem*, e, sendo a observação já em si um princípio de descrição, feita através de um determinado ponto de vista, a transcrição necessariamente levará consigo as marcas daquele que a produziu. Isso significa dizer que a transcrição, na perspectiva enunciativa, envolve duas instâncias enunciativas, configurando-se sempre como uma enunciação sobre outra enunciação. Como afirma Flores (2006), a transcrição é “vista como ato enunciativo, como um *mostrar* de um *dizer* que comporta, ela mesma, um outro *dizer*” (p.74). Conceber a transcrição como uma modalidade de enunciação implica em dizer que ela não foge à singularidade da enunciação, sendo, portanto, única e circunscrita apenas ao propósito de sua produção. Daí se afirmar que “cada transcrição é sempre única, singular e não linearmente extensível” (Flores, op. cit., idem).

Dessa reflexão resulta ainda uma outra, que diz respeito ao estatuto enunciativo da fala transcrita. Conforme afirma Surreaux (2006), há de se perceber que:

“no contexto oral aquele que enuncia está ali, no contexto escrito quem enunciou não está mais presente. E, na realidade, no caso da transcrição, estão em jogo dois enunciadores: o que fala e o que transcreve – por isso deve-se levar em consideração sempre o fato de que a transcrição implica o transcritor, que enuncia de forma muito particular essa passagem do oral para o escrito” (p. 138).

Observa-se, portanto, que a fala, ao ser transcrita, sofre necessariamente uma mudança em sua condição original, já que essa passagem do oral ao escrito se dá através de um outro *dizer* e por um outro indivíduo. Disso se depreende que, ainda segundo Surreaux (op. cit.), “parece fundamental ter presente a impossibilidade de apreensão total da fala de um sujeito” (p.134). Ou seja, há de reconhecer que, na transcrição, algo sempre fica de fora, uma vez que o sujeito – nesse caso, o transcritor – é impossibilitado de dizer tudo. Trata-se, assim, de reconhecer que a transcrição é sempre fruto de uma *escuta* do transcritor, e que esta é, por sua vez, guiada por um propósito específico de análise. Fica mais uma vez atestado o caráter de singularidade da transcrição.

Tendo em vista as considerações acima citadas, bem como os objetivos específicos deste estudo, as transcrições serão apresentadas de acordo com a escrita gráfica oficial, sendo constituídas dos seguintes elementos:

- a) Um *contexto enunciativo*, posto que a transcrição, quando o objeto de estudo é a enunciação, exige uma identificação referencial, isto é, é necessário que haja um

elemento responsável pela contextualização do recorte enunciativo, ou como diz Benveniste, “na enunciação consideraremos, sucessivamente, o próprio ato, *as situações em que ele se realiza*, os instrumentos de sua realização” (Benveniste, 1970/1989, p.83, grifo meu);

- b) A disposição das sequências de diálogo de forma enumerada e em duas colunas, identificando os interlocutores como F (terapeuta) na primeira coluna e P (paciente) na segunda;
- c) O uso de convenções de transcrição²⁰ que possibilitem, se necessário, inferências por parte do transcritor.

3.3. Da análise

De modo a elucidar os procedimentos de análise empregados neste estudo, faz-se aqui uma retomada dos objetivos do mesmo.

Em primeira instância, objetiva-se no presente trabalho a relativização da polaridade *normal/patológico* no âmbito da linguagem, tendo em vista a noção dialética de “relativização” que ora se emprega e que já foi especificada no capítulo anterior. Para dar conta deste primeiro objetivo, realiza-se o seguinte método:

a) Averigua-se se o que os autores da Gramática do Português Falado listam como sendo mecanismos linguísticos característicos da fala cotidiana aparece nos recortes enunciativos de diálogo em situação de clínica dos distúrbios de linguagem;

b) Uma vez que se constate a presença de tais mecanismos nesse contexto – do que já se adianta que há muita semelhança –, busca-se ver como se dá o funcionamento enunciativo desses mecanismos;

c) Para mostrar esse funcionamento, são mobilizadas na análise dos recortes duas categorias norteadoras: a relação *forma/sentido* e as marcas de subjetividade na linguagem.

²⁰ Uma explicação das convenções de transcrição adotadas na análise deste estudo encontra-se em Anexo, ao final do trabalho.

Assim, não se está a fazer aqui uma simples “comparação” entre os mecanismos linguísticos em diferentes contextos, uma vez que se tratam, na verdade, de diferentes pontos de vista. Tem-se, de um lado, a revisão dos estudos de ordem conversacional acerca de mecanismos característicos da língua falada (o par pergunta-resposta e a repetição) e, de outro, a análise *enunciativa* desses mecanismos no contexto da clínica dos distúrbios de linguagem. Porém, necessário se faz colocar em paralelo os mecanismos linguísticos em ambos os contextos e ambas as perspectivas, de forma a evidenciar em que medida eles se diferem.

Deste primeiro objetivo derivam dois outros, a saber:

- a) Constatar que os mecanismos da fala cotidiana também ocorrem no contexto da clínica dos distúrbios de linguagem significa reconhecer que a descrição meramente formal não é suficiente para dar conta da dicotomia *normal/patológico*. Trata-se aqui, portanto, de apontar os limites impostos por uma descrição meramente linguística, já que o patológico, embora se configure também em termos formais, não se restringe a isso. Há algo da ordem do funcionamento da linguagem que escapa à Linguística *stricto sensu*;
- b) Se a diferença entre normal e patológico reside no funcionamento da linguagem, deve-se conduzir o olhar para uma outra perspectiva teórica da linguagem, uma que diga algo sobre ele. Propõe-se, portanto, o campo da Enunciação como subsídio teórico de ordem linguística para o estudo dos distúrbios de linguagem, uma vez que a abordagem enunciativa apresenta maneiras de ver como a fala do paciente se singulariza na generalidade da patologia.

Tendo sido expostos os pressupostos teórico-metodológicos deste estudo, parte-se agora para a identificação dos mecanismos linguísticos apresentados no **capítulo 2** em recortes enunciativos de *fatos* de distúrbio de linguagem, bem como a descrição de seu funcionamento enunciativo.

4. O FUNCIONAMENTO DOS MECANISMOS LINGUÍSTICOS NOS DISTÚRBIOS DE LINGUAGEM

No capítulo anterior, procurou-se apresentar alguns aspectos metodológicos do campo da Enunciação relevantes para a operacionalização dos propósitos almejados neste estudo. Neste capítulo, realiza-se a investigação acerca da existência e do funcionamento dos mecanismos linguísticos do *par pergunta-resposta* e da *repetição em fatos enunciativos* em situação de clínica dos distúrbios de linguagem. Os *fatos de linguagem* aqui citados consistem em recortes de diálogos transcritos a partir de gravações de sessões de clínica fonoaudiológica²¹ e a análise dos mesmos segue a mesma ordem de apresentação dos mecanismos linguísticos no **capítulo 2**.

4.1 Análise do par pergunta-resposta

O *fato enunciativo* a ser aqui analisado consiste no recorte de um diálogo entre terapeuta e paciente extraído da gravação de sessão de atendimento fonoaudiológico de uma paciente de onze anos com diagnóstico de retardo de linguagem associado à Síndrome de Down²². Essa sessão ocorreu e foi gravada na Clínica de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Eis uma pequena contextualização enunciativa do recorte a ser apresentado: *Terapeuta e paciente estão sentados em frente a uma pequena mesa amarela, enquanto olham e conversam sobre o desenho de um menino nela adesivado.*

Recorte 1

²¹ Como já foi dito anteriormente, as gravações de sessões de clínica fonoaudiológica – bem como as transcrições delas feitas – integram o banco de *fatos ENUNSIL – Enunciação e Sintoma na Linguagem*, do Instituto de Letras da UFRGS.

²² Este mesmo recorte foi utilizado anteriormente por Aresi; Flores (2008) para a análise do par pergunta-resposta no diálogo em situação de clínica dos distúrbios de linguagem.

F	P
1) Ó, tu viu o que que tem aqui? Quem é esse aqui?	
	2) ((aponta para o pé)) Aqui.
3) Como é que é o nome disso? É um tênis.	
	4) Dêni, dêni.
5) Tênis.	
	6) O F?!
7) Muito bem, P. E o que que tem na mão dele aqui, P?	
	8) Dexa eu vê (.) óla.
9) Uma bola?	
	10) É.
11) Muito bem. E aqui o que que é?	
	12) Mamarera.
13) Borboleta.	
	14) Boleta.

Uma primeira leitura parece ser suficiente para que se perceba que praticamente todo o diálogo deste recorte é constituído por perguntas e respostas. Nota-se também que as perguntas e respostas seguem estrutura formal semelhante à descrita no **capítulo 2**, isto é, uma pergunta (P), que é seguida por uma resposta (R), que pode ser seguida por um segmento opcional (S). É o que se vê nos turnos (9), (10) e (11), por exemplo: “Uma bola? (P) – “É” (R) – “Muito bem.” (S). No entanto, o aspecto funcional do par pergunta-reposta parece apresentar algumas peculiaridades se comparado a seu funcionamento na fala usual. A pergunta “Como é que é o nome disso?” em (3) demonstra muito bem essa peculiaridade. No momento em que a pergunta é enunciada por F, ambos os interlocutores estão olhando para o desenho na mesa do consultório da sessão, o que indica que tanto P quanto F sabem que o que estão vendo é um tênis, ou seja, a resposta já é de conhecimento de F, e F sabe que ela também já é de conhecimento de P. Ainda assim, a pergunta “Como é que é o nome disso?” é feita. Observa-se o mesmo acontecimento no turno (7), em que F pergunta “E o que que tem na mão dele aqui, P?”, assim como em (11), turno em que F pergunta “E aqui o que que é?”. Nos três turnos mencionados, F e P já conhecem a resposta para as perguntas feitas. Tal constatação permite que se coloque a seguinte questão: Por que F realiza essas perguntas? Ou ainda: O que as perguntas de F em (3), (7) e (11) solicitam como resposta de P em (4), (8) e (12)? Parece que o que está em jogo na resposta é unicamente a *forma* do enunciado. Em outras palavras, quando F realiza as perguntas nos três turnos em questão, o que se pretende é

saber como P fala as palavras “tênis”, “bola” e “borboleta”. Percebe-se, portanto, que a função dessas perguntas é a de *solicitar um uso de forma*, levando, por conseguinte, a instâncias em que F pode incidir sobre a forma das respostas de P. Essas instâncias dizem respeito aos turnos (5), (9)²³ e (13), em que F corrige as formas “dêni”, “óla” e “mamarera” enunciadas por P em (4), (8) e (12). Cabe ainda dizer que, se as perguntas em geral antecipam e restringem as suas respectivas respostas, as perguntas aqui analisadas definem também a condição enunciativa do enunciador da resposta como sendo a de quem nomeia. Ou seja, por solicitar um *uso de forma*, a pergunta nesse contexto coloca também a resposta em uma posição específica: a da *nomeação* (cf. Aresi; Flores, 2008).

Vê-se, dessa forma, que no *fato enunciativo* apresentado as perguntas não se comportaram funcionalmente tal como descritas nos estudos da língua falada (como confirmação/negação ou solicitação de conteúdos proposicionais). O que se observa, além dessa função muito específica de solicitação de *forma*, é o uso da pergunta para estabelecer co-referência, para corrigir, para chamar a atenção do interlocutor, etc.

4.2. Análise da repetição

Para averiguar a ocorrência e funcionamento da repetição linguística, analisa-se aqui o recorte enunciativo de um paciente de 3 anos e 5 meses, cuja sessão ocorreu em clínica fonoaudiológica particular, no ano de 2005. O contexto enunciativo deste recorte é: *Terapeuta e paciente brincam de comidinha enquanto conversam*.

Recorte 2

F	P
1) Tu quer que eu pegue um pratinho?	
	2) Qué que eu pegue?
3) Tu quer que eu pegue um pratinho pra gente fazer comida pro cara?	

²³ Ainda que se tenha uma pergunta em (9), “Uma bola?” parece funcionar como confirmação de “bola” (estabelecimento de co-referência), mas também como correção da forma “óla” enunciada por P em (8), sendo semelhante, neste último aspecto, aos enunciados de (5) e (13).

	4) Pegue. Um cópi.
5) Uma jarra?	
	6) Tá seio di di água lá dentu.
7) Cheio de água. E o cara está com sede?	
	8) U cala tá cum sedi.
9) Ah, então vamos dar alguma coisa para ele beber. Tem algum copo ou xícara por aí, P?	
	10) (...)
11) Na jarra?	
	12) Na jarra (...) vamo botá as água.
13) Uhm-uhm. As águas, o cara pelo jeito está com muita sede!	

O recorte enunciativo apresentado acima permite ver que o fenômeno linguístico da repetição tem sua presença no diálogo entre terapeuta e paciente, em especial na fala de P, uma vez que o quadro de ecolalia se caracteriza justamente pela fala que “faz eco”, isto é, que *repete* a fala do outro, tal qual uma “fala de papagaio”. No entanto, um aspecto das repetições feitas por P da fala de F merece ser discutido.

Quando P repete a fala de F nos turnos (2), (4) e (8) (“Qué que eu pegue?”, “Pegue” e “U cala tá cum sedi”, respectivamente), percebe-se que P repete apenas parte da fala de F, o que indica, antes de qualquer coisa, um ato de enunciação do falante que, ao realizar um *recorte* da fala do interlocutor, deixa suas marcas de subjetividade e confere ao elemento repetido um novo estatuto enunciativo. Uma vez mais, a distinção *enunciado/enunciação* aqui se faz fundamental: O que se nota é que são da ordem do repetível apenas os elementos formais da língua, o que significa que, em termos enunciativos, apenas o enunciado (o *dito*) é suscetível de ser repetido; a enunciação (o *dizer*), porém, é irrepetível, uma vez que as condições de tempo/espço e pessoa são únicas. Isso se torna evidente através da constatação de que, embora P repita elementos formais da fala de F, essa nova fala tem propósito distinto em relação àquela. Em (4), quando P repete o elemento “pegue” da fala de F, esse elemento funciona como uma resposta afirmativa à pergunta de F no turno anterior. O mesmo funcionamento pode ser percebido nos turnos (8) e (12). Pode-se dizer, portanto, que, longe se configurar como uma “fala de papagaio” ou mera repetição da fala do interlocutor, a fala de P se configura como um ato enunciativo com funcionamento muito singular, que consiste em apropriar-se da *forma* enunciada pelo interlocutor, tomando-a como base para a sua própria enunciação. Tal constatação, porém, coloca uma questão importante: Não é comum também à

fala dita “normal” essa apropriação da fala do outro como base para o dizer? A resposta para essa pergunta pode ser encontrada no próprio recorte enunciativo acima.

Embora se tenha falado até aqui apenas das repetições efetuadas por P no diálogo apresentado, a observação do recorte permite constatar que F também repete a fala de P. Os turnos (7) e (13) ilustram a repetição feita por F de “cheio de água”, dito “seio di di água” por P no turno (6), e “as águas”, dito “as água” por P no turno (12). Nota-se também que a função dessas repetições de F assemelha-se muito às de P. Basta comparar o turno (7), no qual F repete o elemento “cheio de água”, com o turno (12), no qual P repete o elemento “na jarra”. Em ambos se percebe que a repetição funciona como uma *confirmação* do que foi dito pelo outro protagonista da cena enunciativa. Tendo em vista essas semelhantes ocorrências, caberia perguntar: Em que medida se pode considerar as repetições de P nos turnos (4), (8) e (12) como *repetições ecológicas*? Uma vez que, baseando-se apenas na descrição formal dos enunciados, tais repetições sejam consideradas como ecológicas, não se estaria correndo o risco de considerar também as repetições de F nos turnos (7) e (13) como ecológicas? Eis aí imposto o limite da descrição formal da linguagem na distinção da polaridade *linguagem normal/linguagem patológica*.

Porém, cabe ainda salientar que o funcionamento enunciativo das repetições efetuadas por F da fala de P apresentam uma outra particularidade, distinta tanto do funcionamento das repetições de P quanto do funcionamento da repetição linguística em situação de fala cotidiana. De fato, quando F repete elementos da fala de P nos turnos (7) e (13), além de ter um sentido de confirmação da fala de P, isto é, de um estabelecimento de co-referência, o que pode indicar especificidades da falta de isomorfia entre forma e sentido nesse contexto, a repetição tem ainda uma outra função: trata-se de uma instância de incidência de F sobre a fala de P. Em outras palavras, no turno (7), P corrige a forma “seio di di água”, enunciada por P no turno anterior, propondo a forma “cheio de água”. O mesmo funcionamento pode ser visto no turno (13), no qual há uma troca de “as água” por “as águas”. Percebe-se, portanto, que o mecanismo linguístico da repetição apresenta um funcionamento diferenciado se comparado ao seu funcionamento na fala usual, e isso pode ser dito tanto com relação à fala de P quanto à fala de F. Trata-se, no primeiro caso, da repetição como a própria condição de enunciação de P, e, no segundo caso, da repetição enquanto mecanismo de estabelecimento de co-referência e de “intervenção”, através do qual o terapeuta corrige a fala do paciente.

4.3. Conclusões parciais

Tendo em vista as análises enunciativas de transcrições de *atos de linguagem* realizadas neste capítulo, algumas considerações já podem ser tecidas a respeito da relação entre os mecanismos linguísticos abordados em contexto de clínica dos distúrbios de linguagem e a descrição de suas ocorrências na fala cotidiana (cf. **Capítulo 2**).

Em relação ao mecanismo linguístico do *par pergunta-resposta*, pode-se perceber que:

- a) Como primeira constatação, no primeiro recorte enunciativo analisado, o mecanismo linguístico do *par pergunta-resposta* se fez presente durante todo o diálogo entre o terapeuta e o paciente, configurando-se como a principal forma de interlocução entre eles naquela instância enunciativa;
- b) Além disso, do ponto de vista formal, o mecanismo do *par pergunta-resposta* se mostrou de maneira muito semelhante à sua descrição na fala usual. Ora, se a estrutura formal do mecanismo linguístico em questão é descrita por Urbano et al. (1996) como P – R – (S), na qual (P) é uma *pergunta*, que é seguida de uma *resposta* (R), que pode ser seguida de um *segmento opcional* (S), essa mesma estrutura formal pôde ser identificada no diálogo presente no **Recorte 1** deste capítulo, onde há, por exemplo, a ocorrência das sequências “Uma bola?” (P) – “É” (R) – “Muito bem” (S), nos turnos (9), (10) e (11), e “E aqui o que que é?” (P) – “Mamarera” (R) – “Borboleta” (S), nos turnos (11), (12) e (13);
- c) Percebeu-se, porém, que, se comparado à sua descrição na fala dita “normal”, o mecanismo linguístico do *par pergunta-resposta* apresentou especificidades relativas ao funcionamento enunciativo do mesmo em situação de clínica dos distúrbios de linguagem. Diferentemente da fala usual, onde a pergunta é descrita funcionalmente ou como solicitadora de um conteúdo proposicional (pergunta aberta ou parcial), ou como solicitadora de confirmação ou negação de uma informação já dada (pergunta fechada ou total), a pergunta, no *fato enunciativo* de distúrbio de linguagem no qual foi analisada, revelou um funcionamento específico, qual seja, o de *solicitar um uso de forma* como resposta. É o que se

pôde constatar nos turnos (3), (7) e (11), nos quais as perguntas “Como é que é o nome disso?”, “E o que que tem na mão dele aqui, P?” e “E aqui o que que é?”, enunciadas pelo terapeuta, representam o meio pelo qual este procura saber como o paciente enuncia as *formas* “tênis”, “bola” e “borboleta”, todas já de seu conhecimento, para que pudesse, em seguida, incidir de forma corretiva sobre essas *formas*. Ademais, este funcionamento enunciativo singular da pergunta coloca também a resposta em uma situação de singularidade, uma vez que o “lugar” de enunciação de quem responde é o lugar de quem unicamente *nomeia*.

Em relação ao mecanismo linguístico da *repetição*, a análise do **recorte 2** possibilitou constatações semelhantes às do mecanismo anterior. São elas:

- a) A constatação de que o mecanismo da *repetição* apresenta o seu correlato no diálogo em situação de clínica dos distúrbios de linguagem, estando presente tanto na fala do paciente como na do terapeuta;
- b) A constatação de que a definição formal da *repetição* como sendo “*a produção de segmentos discursivos idênticos ou semelhantes duas ou mais vezes no âmbito de um mesmo evento comunicativo*” (Marcuschi, 1996, p. 97, grifo do autor) não é suficiente para se pensar sobre a polaridade *linguagem normal/linguagem patológica*, uma vez que tal definição vai ao encontro tanto da fala do paciente como da fala do terapeuta. Ora, uma vez que se leve em conta unicamente aspectos formais na análise do diálogo presente no **recorte 2**, como diferenciar a repetição do segmento “Cheio de água”, feita pelo terapeuta no turno (7), da repetição de “Na jarra”, realizada pelo paciente com fala ecolálica no turno (12) do mesmo recorte? O que permitiria definir a primeira repetição como pertencente à fala “normal” e a segunda como caracterizadora do distúrbio de ecolalia? Sob o ponto de vista da *forma*, a relação entre as repetições dos turnos (7) e (12) é da ordem da semelhança;
- c) No entanto, assim como na análise do mecanismo linguístico do *par pergunta-resposta*, pôde-se perceber que o que parece ser específico do mecanismo da *repetição* em situação de clínica dos distúrbios de linguagem é o funcionamento singular que ele ali adquire, tanto na fala do terapeuta como na do paciente, uma

vez que se reconheça que a repetição decorre de um recorte da fala do interlocutor e cumpre sempre um propósito distinto em relação a esta. Na fala do terapeuta, a repetição apresenta-se como mecanismo de estabelecimento de co-referência e de incidência corretiva na fala do paciente, como se pôde perceber nos turnos (7) e (12) do respectivo recorte enunciativo, enquanto que, no caso do paciente, a repetição se configura como condição mesma de enunciação e revela um funcionamento muito específico da linguagem, que consiste em tomar a *forma* do enunciado do interlocutor como base de seu dizer, conforme se observou nos turnos (4), (8) e (12).

As constatações descritas acima trazem implicações de grande relevância tanto para a Linguística como para a clínica dos distúrbios de linguagem. Em primeiro lugar, a observação de *atos enunciativos* em situação de clínica dos distúrbios de linguagem permite mostrar a ocorrência de mecanismos linguísticos da fala cotidiana nesse contexto. Assim, aponta-se para o funcionamento da linguagem como o elemento que possibilita a relativização da polaridade normal/patológico quando o interrogante é a linguagem. Em segundo lugar e consequentemente, considerar o funcionamento da linguagem resulta em afirmar que, nas palavras de Kuhn (2006), “se a fala sintomática é uma das manifestações da língua, então ela só funciona desta maneira porque *a língua comporta esse funcionamento*” (p. 60, grifo meu). Reconhece-se, assim, o caráter funcional da fala desviante, configurando-se como uma maneira muito singular de se “estar” na linguagem.

Cabe ainda dizer que a descrição do funcionamento singular dos mecanismos linguísticos nos *atos de linguagem* analisados só foi possível através da mobilização de conceitos teóricos caros à Teoria da Enunciação, tal como a relação *forma/sentido*, as marcas de subjetividade na linguagem e a referenciação à instância enunciativa. Ora, falar em funcionamento da linguagem é, antes de tudo, supor a atividade falante de um indivíduo, num “aqui-agora” determinado, o que significa reconhecer, na universalidade da patologia, uma instância de subjetividade. Tem-se aí a relativização da polaridade *linguagem normal/linguagem patológica*.

CONCLUSÃO

Procurou-se, no decorrer deste estudo, delinear um ponto de vista que permitisse a relativização da polaridade *normal/patológico* no âmbito da linguagem. Para tanto, foi realizada, a partir da discussão proposta por Canguilhem (1978) acerca do normal e do patológico, uma problematização da dicotomia *linguagem normal/linguagem patológica* sob o foco tanto da Linguística como das reflexões advindas do campo fonoaudiológico, de forma a abrir terreno para a análise empregada neste trabalho, a saber, a identificação e descrição do funcionamento de mecanismos linguísticos característicos da fala cotidiana em contexto de clínica dos distúrbios de linguagem.

Tomou-se como viés teórico da análise a Teoria da Enunciação de Émile Benveniste, sob a justificativa de que a perspectiva enunciativa, ao levar em conta o próprio ato de enunciar, a referência ao locutor e à instância enunciativa (o “aqui-agora” sempre presentes na enunciação), além de supor que o uso da estrutura linguística pelo locutor é sempre singular, possibilitaria ver, na generalidade da patologia, uma instância de subjetividade, que diz respeito ao uso singular dos mecanismos linguísticos sob análise.

Este trabalho se sustentou sobre um objetivo – o de relativizar as noções de *normal* e *patológico* no que tange à linguagem – e sobre uma hipótese – a de que a diferença entre *linguagem normal* e *linguagem patológica* está ligada ao funcionamento singular que mecanismos linguísticos idênticos têm em contextos distintos (normal/clínico).

A partir disso, e feito o percurso deste trabalho, conclui-se que a Linguística pode contribuir de forma significativa para o estudo da fala desviante, mas também que, dada a especificidade da clínica dos distúrbios de linguagem no que tange à própria linguagem, essa interlocução entre Linguística e clínica dos distúrbios de linguagem “suscita um campo epistemológico que requer um olhar que lhe seja próprio” (Kuhn, 2006).

Ora, dentre todas as questões implicadas na abordagem linguística dos distúrbios de linguagem, uma delas certamente é a que compõe o tema deste trabalho, a saber, a discussão acerca da dicotomia *linguagem normal/linguagem patológica*. Como se pôde perceber no presente estudo, a descrição formal da Linguística *stricto sensu* não se mostra suficiente para

a reflexão acerca da polaridade *normal/patológico* na linguagem, uma vez que se tenha constatado que, do ponto de vista formal, os mecanismos linguísticos da fala dita “normal” se apresentam de forma bastante semelhante no contexto da clínica dos distúrbios de linguagem.

Assim, tendo-se observado que a diferença entre esses mecanismos em ambos os contextos reside no funcionamento da linguagem, o aporte linguístico que se preste a subsidiar a clínica dos distúrbios de linguagem deve necessariamente contemplar esse funcionamento em seu escopo teórico, redefinindo a polaridade *normal/patológico* através de uma perspectiva de linguagem que, conforme afirma Surreaux (2006), “comporte o ineditismo que cada fala sintomática apresenta” (p. 185).

Dessa forma, propõe-se aqui o campo da Enunciação como subsídio teórico de ordem linguística para o estudo dos distúrbios de linguagem, na medida em que essa perspectiva teórica permite ver o funcionamento singular de cada ato enunciativo, possibilitando, assim, a relativização da dicotomia *linguagem normal/linguagem patológica* ao considerar que cada ato enunciativo deve ser visto na sua singularidade.

BIBLIOGRAFIA

ARANTES, L. O fonoaudiólogo, este aprendiz de feiticeiro. In: LIER-DE VITTO, M. F. (Org.). *Fonoaudiologia: no sentido da linguagem*. São Paulo: Cortez, 1994.

ARESI, F.; FLORES, V. O funcionamento enunciativo do par pergunta-resposta em situação de clínica dos distúrbios de linguagem. In: *Calidoscópico*, vol. 6. São Leopoldo: UNISINOS, 2008.

BENVENISTE, E. *Problemas de lingüística geral I*. Campinas: Pontes, 1988.

BENVENISTE, E. *Problemas de lingüística geral II*. Campinas: Pontes, 1989.

CANGUILHEM, G. *O normal e o patológico*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978.

CASTILHO, A. T. (Org.). *Gramática do português falado*, vol. I. Campinas: UNICAMP/FAPESP, 1990.

FERRAZ E FERRAZ, M. G. C. *Sujeito psíquico e sujeito lingüístico: uma introdução à psicologia aplicada à fonoaudiologia*. Marília: Unesp-Marília-Publicações, 2001.

FLORES, V. *Lingüística e o sintoma na linguagem: a instância da falha na fala*. Projeto de pesquisa enviado à COMPESQ. Porto Alegre, 2003.

FLORES, V. Entre o *dizer* e o *mostrar*: a transcrição como modalidade de enunciação. In: *Organon*, v.20, n.40-41. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

FLORES, V.; SURREAUX, L. M.; KUHN, T. Z. Enunciação e sintoma de linguagem: um estudo sobre as relações metafóricas e metonímicas. In: *Calidoscópico*, vol. 03, nº 2, mai/ago, 2005.

FLORES, V.; TEIXEIRA, M. *Introdução à Lingüística da Enunciação*. São Paulo: Contexto, 2005.

FREUD, S. *A interpretação das afasias*. Lisboa: Edições 70, 1891/1979.

JAKOBSON, R. *Lingüística e comunicação*. São Paulo: Cultrix, 1974.

- KERBRAT-ORECCHIONI, C. O pedido: pergunta e solicitação. In: _____. *Os atos de linguagem no discurso: teoria e funcionamento*. Niterói: Ed. UFF, 2005.
- KUHN, T. Z. *Por um diálogo entre enunciação e o estudo sobre o sintoma de linguagem*. Trabalho de Conclusão de Curso. Porto Alegre: IL/UFRGS, 2006.
- LIER-DE VITTO, M. F. Sobre o sintoma-déficit de linguagem, efeito da fala do outro, ou ainda...? In: *Letras de Hoje*, v. 36, nº 3, 2001.
- LIER-DE VITTO, M. F. Patologias da linguagem: subversão posta em ato. In: LEITE, N. V. A. (Org.). *Corpolinguagem: gestos e afetos*. Campinas: Mercado de Letras, 2003.
- MARCUSCHI, L. A. *A repetição na língua falada: formas e funções*. Tese de pós-doutorado. Recife: UFP, 1992.
- MARCUSCHI, L. A. A repetição na língua falada como estratégia de formulação textual. In: KOCH, I. V. (Org.). *Gramática do português falado*, vol. VI. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.
- SAUSSURE, F. *Curso de lingüística geral*. São Paulo: Cultrix, 2006.
- STUBBS, M. *Analysis del discurso*. Madri: Alianza Editorial, 1987.
- SURREAUX, L. M. *Linguagem, sintoma e clínica em clínica de linguagem*. Tese de Doutorado. Porto Alegre: IL/UFRGS, 2006.
- URBANO, H. et al.. Perguntas e respostas na conversação. In: CASTILHO, A.T. (Org.). *Gramática do português falado*, vol. III. Campinas: UNICAMP, 1996.
- VIEIRA, S. M. M. A questão do normal e do patológico. In: PAIVA, A. F.; SPINELLI, M.; VIEIRA, S. M. M. (Org.). *Distúrbios de comunicação: estudos interdisciplinares*. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1981.
- VORCARO, A. *Crianças na psicanálise: clínica, instituição, laço social*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1999.

ANEXO

CONVENÇÕES DE TRANSCRIÇÃO

(.) <u>um ponto entre parênteses</u>	Indica que há uma pausa curta ²⁴ intra ou interturnos.
(...) <u>três pontos entre parênteses</u>	Indicam que há uma pausa longa intra ou interturnos.
(()) <u>parênteses duplos</u>	Indicam comentários do transcritor.

²⁴ A definição do que é, aqui, considerado como “pausa curta” ou “pausa longa” foi feita no momento da escuta e transcrição do material e contou com a ajuda de fonoaudiólogos pertencentes à equipe de pesquisadores que integram o projeto. Vale lembrar que, em enunciação, não se pode estabelecer tais parâmetros ignorando a situação de enunciação na qual estão incluídos os interlocutores, o momento de fala e o espaço. Assim, a mesma quantidade de tempo pode ser considerada como “pausa longa” em um caso e como “pausa curta” em outro caso.